



**UFSM**

**Artigo Monográfico de Especialização**

**CAPACITAÇÃO DOCENTE E O DESAFIO DA  
EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

---

**Priscila Garcez Pereira**

**Encruzilhada do Sul , RS, Brasil**

**2010**

# **CAPACITAÇÃO DOCENTE E O DESAFIO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

---

**por**

**Priscila Garcez Pereira**

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial  
– Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da  
Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para  
obtenção do grau de  
**Especialista em Educação Especial.**

Fabiane Romano de Souza Bridi

**Encruzilhada do Sul, RS, Brasil  
2010**

**Universidade Federal de Santa Maria**  
**Centro de Educação**  
**Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e Educação de**  
**Surdos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de Especialização

**CAPACITAÇÃO DOCENTE E O DESAFIO DA**  
**EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

elaborado por  
**Priscila Garcez Pereira**

como requisito parcial para obtenção do grau de

*Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de Surdos*

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Fabiane Romano de Souza Bridi**  
(Presidente/Orientador)

---

**Luciana Dalla Nora dos Santos**  
( Parecerista)

---

**Sandra Scholl Rasador**  
(Parecerista)

Encruzilhada do Sul, RS, 20 de dezembro de 2010

## **RESUMO**

Artigo de Especialização  
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos  
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

### **CAPACITAÇÃO DOCENTE E O DESAFIO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

AUTOR: PRISCILA GARCEZ PEREIRA  
ORIENTADOR: FABIANE BRIDI  
ENCRUZILHADA DO SUL, RS

O trabalho a seguir caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de investigação que tem por objetivo conhecer como a inclusão escolar vem sendo trabalhada com os alunos de uma escola de formação do Curso Normal. Para a realização deste trabalho foi efetuada uma pesquisa documental, onde foram coletados alguns dados referentes à preparação desses futuros professores quanto à educação inclusiva, tais como grade curricular, quadro de professores e capacitações, conteúdos programáticos e Projeto Político Pedagógico da escola. A revisão de literatura refere-se à fundamentação teórica que foi adotada para tratar o tema e o problema da pesquisa, estando dividida em três capítulos: breve histórico da educação especial, o desafio da inclusão educacional e formação de professores. O objetivo proposto pelo presente trabalho foi alcançado e o resultado assinala a ausência de disciplinas e conteúdos que tangenciem a educação especial/educação inclusiva no curso em questão. Aponta para o longo caminho que precisa ser construído e trilhado no que tange a formação inicial de professores.

Palavras-chave: Educação Especial; Inclusão; Formação de Professores.

## **ABSTRACT**

Artigo de Especialização  
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos  
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

### **CAPACITAÇÃO DOCENTE E O DESAFIO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

AUTOR: PRISCILA GARCEZ PEREIRA  
ORIENTADOR: FABIANE BRIDI  
ENCRUZILHADA DO SUL, RS

The work to follow is characterized as a qualitative research of inquiry that has for objective to know as the pertaining to school inclusion comes being worked with the pupils of a school of formation of the Normal Course. For the accomplishment of this work a documentary research was effected, where some referring data to the preparation of these future teachers how much to the inclusive education had been collected, such as curricular grating, picture of teachers and qualifications, contents programmarians and Project Pedagogical Politician of the school. The literature revision mentions to it the theoretical recital that was adopted to deal with the subject and the problem the research, being divided in three chapters: soon historical of the special education, the challenge of the educational inclusion and formation of teachers. The objective considered for the present work was reached and the result designates the absence of disciplines and contents that tangenciem the special education/inclusive education in the course in question. It points with respect to the long way that needs to be constructed and to be trod in what it refers to the initial formation of teachers.

Word-key: Special Education; Inclusion; Formation of Teachers.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>06</b>
<b>2. CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO .....</b>	<b>08</b>
<b>3. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL .....</b>	<b>10</b>
<b>4. O DESAFIO DA INCLUSÃO ESCOLAR .....</b>	<b>14</b>
<b>5. FORMAÇÃO DE PROFESSORES .....</b>	<b>20</b>
<b>6. CONCLUSÃO .....</b>	<b>25</b>
<b>7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>27</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O desafio da educação inclusiva é um tema que reflete a minha inquietação em receber alunos com necessidades especiais em sala de aula e não saber como lidar com essas necessidades. Foi possível perceber nos diálogos entre colegas que não se trata de uma angústia exclusivamente minha.

A falta de qualificação dos professores de todas as áreas para atender aos alunos com dificuldades e necessidades especiais de aprendizagem faz com que a inclusão muitas vezes tangencie a exclusão: acabamos por receber alunos que, por falta de informações sobre como trabalhar com tais necessidades, acabam por ficar simplesmente ocupando um espaço físico na sala de aula. O objetivo da inclusão não é este. Temos sim, que estar preparados para receber, entender, respeitar e possibilitar um aprendizado de qualidade, através de uma formação adequada.

Surge então o problema: Como os professores estão sendo preparados para atender os alunos com necessidades especiais de aprendizagem? De que maneira as escolas ou as instituições mantenedoras estão qualificando seus professores para atender esses alunos? As escolas formadoras do curso magistério estão proporcionando aos seus alunos e futuros professores habilitação e preparação para atender a esses alunos especiais?

Desta forma, o propósito central desta investigação é o de conhecer como as escolas estão respondendo ao desafio de formar quadros de professores que tenham capacitação para lidar com a inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais no ensino comum. Para tal, pretende-se conhecer como a inclusão escolar vem sendo trabalhada com os alunos do Curso Normal em Encruzilhada do Sul.

A escolha em desenvolver esta pesquisa no Curso Normal deve-se ao fato, principalmente, de eu pertencer ao quadro de professores desse curso há alguns anos. Tal fato me possibilita contato constante com as alunas, com os demais professores do curso, como também, com as rotinas de diversas escolas durante as observações e orientações do estágio.

No presente artigo será apresentado o delineamento da investigação, através da descrição sobre os caminhos percorridos na realização da pesquisa, os instrumentos de coleta de dados utilizados e a forma como foram analisados os dados.

A revisão de literatura utilizada fornece sustentação teórica ao trabalho e está apoiada, no histórico da educação especial, no desafio na construção de uma educação inclusiva e na complexidade da formação de professores para atender tamanho objetivo.

Na conclusão do trabalho são sintetizados os resultados obtidos com a pesquisa, problematizando as relações entre a formação de professores ofertada no Curso Normal e a construção de uma a educação inclusiva.

## **2. CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO**

Para desenvolver uma pesquisa se faz necessário, primeiramente, uma atitude científica que se distingue da atitude costumeira de reflexão sobre a realidade. Quando assumimos uma atitude investigativa, o que costumeiramente vemos como coisas, fatos e acontecimentos do dia-a-dia, passam a serem problemas investigativos, elementos e dados de pesquisa que merecem ser conhecidos, compreendidos e explicados.

A pesquisa significa, então, um conjunto de procedimentos lógicos e epistemológicos que visam resolver problemas reais, ajudando na construção de caminhos possíveis na resolução destes problemas num campo específico do saber humano.

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de investigação, considerando que a mesma baseia-se no processo de interpretação e atribuição de significados, não requerendo para isso o uso de métodos e técnicas estatísticas.

Na pesquisa qualitativa o ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados que, neste caso específico, foi a escola pública estadual mantenedora do curso em questão. Neste tipo de pesquisa o pesquisador é o instrumento-chave no processo, sendo que o mesmo possui uma tendência a analisar seus dados indutivamente.

A opção por modalidades qualitativas de investigação tem sido cada vez mais freqüente na pesquisa em educação. Com relação à educação especial, o interesse pela qualidade dos fenômenos, fatos e acontecimentos tem sido maior que os números quantitativos que escamoteiam a dimensão humana, a pluralidade e interdependência dos fatos, acontecimentos e fenômenos educacionais.

A pesquisa qualitativa busca respostas para perguntas que destacam o modo como as experiências educacionais, pedagógicas e sociais, no contexto das instituições educacionais, acontecem.

Enquanto a pesquisa quantitativa investiga a realidade em busca de dados que objetivamente trazem à luz fenômenos, indicadores e tendências observáveis, a investigação qualitativa busca dados observáveis em que o pesquisador inserido ao campo de pesquisa vai desvelar valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões para entender, interpretar e compreender fatos e processos.

O estudo apresentado neste trabalho foi realizado através de pesquisa documental, ou seja, pesquisa feita em diversos documentos para, a partir dessas informações, selecionar idéias capazes de dar embasamento às análises relatadas.

As pesquisas documentais e bibliográficas são muito próximas, a diferença está na natureza das fontes, enquanto a bibliográfica remete para contribuições de diferentes autores sobre o tema, a pesquisa documental recorre a fontes primárias.

A pesquisa documental, segundo Lüdke e André (1986), é pouco explorada não só na área da educação como nas demais áreas das ciências sociais.

A técnica documental vale-se de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor. É uma das técnicas decisivas para a pesquisa em ciências sociais e humanas (HELDER, 2006).

Diante da riqueza de informações que podem ser extraídas e resgatadas, o uso de documentos em pesquisas deve ser apreciado e valorizado. Com isso se justifica seu uso, ampliando o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização.

Quando o pesquisador faz uso de documentos para obtenção de informações, ele o faz investigando, examinando, segue etapas e procedimentos, organiza informações e as analisa, elabora sínteses. Na realidade essas ações estão impregnadas de aspectos técnicos, metodológicos e analíticos.

Para pesquisar precisamos de métodos e técnicas que nos levem criteriosamente a resolver problemas. [...] é pertinente que a pesquisa científica esteja alicerçada pelo método, o que significa elucidar a capacidade de observar, selecionar e organizar cientificamente os caminhos que devem ser percorridos para que a investigação se concretize (GAIO, CARVALHO e SIMÕES, apud SILVA, 2009, p.4).

Para a coleta de dados, foi efetuada uma pesquisa em uma escola pública estadual que possui Curso Normal, onde foram coletados alguns dados referentes à preparação desses futuros professores quanto à educação inclusiva, tais como grade curricular, quadro de professores e capacitações, conteúdos programáticos do curso e Projeto Político Pedagógico da escola.

### **3. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Assuntos referentes à educação especial e a inclusão escolar não são recentes, como muitas pessoas afirmam. Trata-se de uma problemática antiga que acompanha a evolução da conquista dos direitos humanos. Sabe-se, embora não exista grande quantidade de documentação disponível, que na antiguidade as pessoas deficientes eram consideradas a degeneração da raça humana, sendo expostas ou eliminadas devido aos transtornos causados para a sociedade.

Em uma época em que a perfeição do corpo era venerada, as reações diante da deficiência eram o abandono, a eliminação ou o sacrifício.

Assim como a loucura, a deficiência na Antigüidade oscilou entre dois pólos bastante contraditórios: ou um sinal da presença dos deuses ou dos demônios; ou algo da esfera do supra-humano ou do âmbito do infra-humano. Do venerável saber do oráculo cego à “animalidade” da pessoa a ser extirpada do corpo sadio da humanidade. (AMARAL apud SILUK, 2008, p.60).

A tolerância a essas pessoas só foi possível na Idade Média, com a intervenção da doutrina cristã. A partir daí ora eram rejeitados, ora eram dignos de piedade, passou a haver alguma aceitação por serem vistos como merecedores de caridade. Consideravam como explicação para tal deficiência o pagamento de pecados e devido a isso mereciam castigos e confinamentos. Existem relatos da existência de torturas, promiscuidades e crueldades da Inquisição Religiosa neste período.

Com a difusão do Cristianismo, as pessoas com deficiências passaram a não ser mais abandonadas. Isso se concretizou com a criação de instituições que os acolhiam, dando atendimento assistencial, sendo na sua maioria instituições religiosas como Igrejas ou conventos.

Na idade moderna, com o predomínio de filosofias humanistas, houve maior valorização do ser humano. Iniciaram-se, neste período, investigações, estudos e experiências, essencialmente na Medicina.

Na Idade Contemporânea, com o advento da Revolução Industrial veio a necessidade de que essas pessoas com deficiências, de alguma maneira se tornassem úteis no mercado de trabalho. Para isso ela precisava ser normalizada ou receber treinamentos. A partir deste

período surgem discursos sobre a integração e, posteriormente, sobre a inclusão. Inicia-se a construção de propostas preocupadas, tanto com os aspectos educacionais, pedagógicos e metodológicos, como também, com as condições para a formação integral dessas pessoas.

Em meados do século XIX o relato de um caso médico-pedagógico com o selvagem de Aveyron constitui um dos primeiros documentos representativos da busca de uma teoria de avaliação e didática para deficientes.

Em nosso país, os primeiros registros de atendimento especializado as pessoas com necessidades especiais datam de 1854, quando, na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império, foi fundado por Dom Pedro I, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Atualmente conhecido por Instituto Benjamin Constant.

Nas primeiras décadas do século XX as preocupações assistencialistas ganharam mais espaço. Por volta da segunda metade deste século surge o interesse pela educação de pessoas com necessidades educacionais especiais, caracterizando um enorme desenvolvimento da educação especial. Este período marca também o reconhecimento do direito pleno à educação das pessoas com necessidades especiais, a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) que, em seu artigo 26 proclamava que todos têm direito à educação.

Neste período, no Brasil, surgiram associações filantrópicas de atenção aos deficientes. Em 1954, no Rio de Janeiro, foi criada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), iniciando um período caracterizado pelas discussões médicas-pedagógicas.

Em 1959, a partir de estudos de Mikkelsen, surge a necessidade de criar condições de vida para a pessoa deficiente na sociedade em que ela vive. Surge com isso o princípio da normalização, assunto de muita discussão e divergência no Brasil na década de 1970. Com ele aparecem também novos conhecimentos que influenciaram a organização de serviços e metodologias de ensino.

Em termos de legislação brasileira, a Educação Especial foi reconhecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, artigos 88 e 89. O artigo 88 citava que a educação de pessoas com necessidades educacionais especiais, deveria enquadrar-se no sistema geral de educação, dentro das possibilidades, a fim de integrá-los na comunidade. Quanto ao artigo 89, Carvalho (1998), destaca que apesar da lei afirmar o compromisso do poder público governamental com as organizações não-governamentais, desde que consideradas eficientes

pelos Conselhos Estaduais de Educação, ela não evidenciava quais serviços educacionais deveriam ser oferecidos aos mesmos.

Esse modelo de instituição passou a receber críticas sobre a aquisição de novos conhecimentos e processos de aprendizagens, levando a pensar que estes sujeitos, isolados em instituições, não estariam preparados para viver em sociedade. Mesmo recebendo os atendimentos necessários, o convívio social passou a ser considerado um aspecto importante. Para isso, era preciso incluir as pessoas com deficiências na sociedade.

Neste contexto que se dá o surgimento do conceito de integração, a partir do qual a educação dessas crianças é defendida, preferencialmente, no ensino regular, desde que a criança apresente condições de se adequar as exigências da turma utilizando as adaptações curriculares quando necessário. Desta forma, crianças com deficiências mais graves acabaram ficando a parte do processo de integração escolar.

Cabe salientar, a diferença existente entre integrar e incluir, pois na integração somente o sujeito se adapta ao meio, e no caso da inclusão as adaptações são recíprocas, entre o sujeito e o meio.

A década de 80, os avanços tecnológicos e da medicina, permitiram a manutenção da vida e a quebra de barreiras geográficas na comunicação, postulando a diversidade como parte constituinte das diferentes sociedades.

Segundo Cardoso (2003), a partir dos anos 80 surge a filosofia da educação inclusiva defendendo o ensino de crianças e jovens com necessidades especiais de aprendizagem, tanto quanto possível, no âmbito da escola regular. O conceito de necessidades especiais remete às dificuldades de aprendizagem e também aos recursos educacionais necessários para atender a essas necessidades evitando a produção de dificuldades para aprender.

A sociedade, em todas as culturas, atravessou diversas fases no que se refere às práticas sociais. Ela começou praticando a exclusão social de pessoas que – por causa das condições atípicas – não lhe pareciam pertencer à maioria da população. Em seguida, desenvolveu o atendimento segregado dentro de instituições, passou para a prática da integração social e recentemente adotou a filosofia da inclusão social para modificar os sistemas sociais gerais (SASSAKI, apud SILUK, 2008, p.65)

Foi em Salamanca na Espanha, em 1994, que surgiu, após a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: acesso e qualidade, um documento

mundialmente conhecido como “Declaração de Salamanca”, do qual o Brasil é signatário comprometendo-se em difundir e implementar seus objetivos.

Durante tal conferência foi reafirmada a importância de se garantir o direito à educação de todos os indivíduos, sendo reforçados os pressupostos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

Ao trabalharmos sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) surge a necessidade de entendermos a inclusão como uma ação política, cultural, social e pedagógica em defesa do direito de todos ao acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino.

O atendimento às pessoas com deficiência no Brasil e no mundo passou por um longo processo de evolução, sendo que um dos marcos foi a Convenção da Guatemala, promulgada em nosso país pelo Decreto 3.956/2001. Tal documento orientador tem importante repercussão na educação, ao afirmar que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas.

Outro ponto importante na história da educação especial é a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assinada em Nova York, em 30 de março de 2007, na qual estabelece a garantia destas pessoas não serem excluídas e, sobretudo, de terem acesso ao ensino inclusivo de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas.

No Brasil, especificamente, houve uma evolução muito grande nesse aspecto, observável através dos resultados dos últimos censos escolares onde é crescente o número de alunos com necessidades especiais de aprendizagem matriculados na rede pública e incluídos nas classes comuns, a ampliação da oferta do atendimento educacional especializado e o maior cuidado na relação entre idade e escolaridade impulsionando a progressão escolar desses alunos.

Ao concordar com as recomendações contidas nesse documento, o Brasil avançou significativamente com relação à inclusão social dos seus cidadãos com necessidades especiais.

## 4. O DESAFIO DA INCLUSÃO ESCOLAR

É necessário entender que as representações sociais em torno da deficiência não são idéias que se constituem fora de um contexto histórico, social e cultural. Não existe uma representação social própria para o deficiente, mas uma representação social do ser humano em que se incluem os deficientes.

Dessa maneira, as representações sociais têm relação com as concepções de mundo, sociedade e ser humano, bem como, com as visões de educação e aprendizagem deste ser nas relações sócio-culturais em que estão inseridos.

A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam. Para compreender, é essencial conhecer o lugar social de quem olha. Vale dizer: como alguém vive, com quem vive, com quem convive, que experiências tem, em que trabalha, que desejos alimenta, como assume os dramas da vida e da morte e que esperanças o animam. [...] cada um lê e relê com os olhos que tem. Porque compreende e interpreta a partir do mundo que habita. (BOFF, 1997, p. 9-10 apud SILUK, 2008, p. 60)

A partir do momento em que a representação social é vista como um conjunto de significados e sentidos é produto de uma construção de idéias que vão definir a existência de sujeitos. Os seres humanos como produtores e produtos da história são, também, aqueles que constroem um mundo de representações, pois atuando e transformando o mundo são capazes de pensar seu cotidiano e com isso modificar sua forma de pensar as suas relações nele. É a partir da ação humana e da ação social que, em cada contexto histórico, se constituem as representações sociais.

Fonseca (1995) traz uma das concepções de como a sociedade vem representando a deficiência, considerando-a uma forma de inferioridade humana que se concretiza nas práticas de exclusão, discriminação e marginalização.

Ao longo da história da humanidade é freqüente observar que muitas condições sociais têm sido consideradas como deficientes, refletindo normalmente este fato um julgamento que vai se requintando e sofisticando à medida que as sociedades vão se desenvolvendo tecnologicamente, em função de valores e atitudes culturais específicas. [...] Em muitos aspectos, a problemática da deficiência reflete a maturidade humana e cultural de uma comunidade. [...] Esta realidade obscura, tênue, sutil e confusa procura, de alguma forma, afastar ou excluir os indesejáveis, cuja presença ofende, perturba e ameaça a ordem social. (FONSECA, 1995, p. 9)

Conceitua-se inclusão como um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir a todos, inclusive aquelas pessoas consideradas diferentes da comunidade a que pertencem. A inclusão é um processo no qual as pessoas ainda excluídas e a sociedade buscam, juntas, equacionar problemas, discutir soluções e equiparar oportunidades para todos.

Contudo, o que vemos na prática não é bem isso, pois muitas pessoas usam o termo inclusão quando, na verdade, estão pensando em integração.

Apesar de semanticamente os dois termos terem significados parecidos ambos constituem formas de inserção social das pessoas com deficiência, as suas práticas, são diferenciadas.

Enquanto a prática da integração tem como base o modelo médico, a prática da inclusão segue o modelo sócio-antropológico. No primeiro caso é necessário reabilitar e educar o indivíduo com necessidades especiais para superar suas dificuldades e torná-lo apto a satisfazer os padrões aceitos no meio social. Quem se adapta é a pessoa deficiente, do contrário ela não é aceita pela sociedade. No segundo modelo, o sócio-antropológico, a tarefa também é da sociedade, que como já dito anteriormente, precisa modificar-se para tornar-se capaz de acolher todas as pessoas. Quando falamos em sociedade inclusiva, pensamos naquela que valoriza a diversidade humana e fortalece a aceitação das diferenças individuais. É dentro dela que aprendemos a conviver, a contribuir e construir juntos um mundo de oportunidades reais (não obrigatoriamente iguais) para todos.

Embora a educação inclusiva tenha assumido espaço central nos debates acerca da sociedade e do papel da escola na superação da lógica da exclusão, se evidencia o paradoxo inclusão/exclusão, quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola.

Não podemos pensar em inclusão sem considerar a questão da diversidade, nem tampouco podemos abordar a questão da diferença dissociada da afirmação da igualdade. Precisamos compreender que diferença não se opõe a igualdade e sim a padronização.

A cultura da diversidade é uma maneira nova de educar o respeito à diversidade, criando um processo de aprendizagem permanente, onde todos nós devemos aprender a compartilhar novos significados e novos comportamentos de relações entre as pessoas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional destaca a importância de promover a inclusão escolar e os sistemas educacionais (federais, estaduais, municipais e privados) têm registrado um crescimento de matrículas em classes inclusivas.

Outra idéia simplista é a de que o fenômeno da inclusão é o inverso da exclusão. O avesso da inclusão pode ser uma inclusão precária, instável e marginal decorrente de inúmeros fatores, dentre os quais a sociedade capitalista que desenraiza, exclui, para incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica. O problema está justamente nessa inclusão.

Hoje vivemos um momento de difusão destas idéias simplistas. A inclusão educacional vem acontecendo sem um planejamento sistêmico, que vai muito além da sala de aula. O paradigma da inclusão educacional define que as escolas precisam ser repensadas e reorganizadas a fim de acolher todo o espectro da diversidade humana. Infelizmente, o que constatamos é que muitos alunos com necessidades especiais são matriculados nas escolas regulares, mas encontram barreiras arquitetônicas, atitudinais, comunicacionais e metodológicas.

A educação inclusiva não surgiu por acaso e nem tão pouco se trata de uma tendência da educação, ela faz parte de um longo período de luta pelos direitos humanos. A busca por uma escola que atenda a todos fica cada vez mais desejada.

O movimento atual da educação especial propõe a mobilização da escola para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, surpreendendo a escola e trazendo reflexões sobre os fundamentos desta nova concepção e sobre a caracterização de sua tarefa na convivência com essa clientela, bem como, sua organização quanto ao trabalho pedagógico. Desta forma, surge necessidade de se repensar a prática docente e suas repercussões na organização curricular e necessariamente na avaliação.

Essa inclusão escolar passou a representar um desafio para os professores que recebem esses alunos e as reflexões acerca deste tema passaram a virar rotina no meio escolar, em busca de medidas e práticas eficientes. Com isso, as instituições passaram a exigir dos docentes cada vez mais inovações profissionais que tenham como referência a aprendizagem de todos os alunos.

O pressuposto da inclusão é justamente que a escola ofereça oportunidades de aprendizagem a todos indistintamente, respeitando a diversidade. E isso deve estar explícito

no Projeto Político Pedagógico da instituição, bem como, através de um currículo dinâmico e flexível, permitindo ajustes às particularidades de cada aluno.

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994), cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprios; os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que se tenha em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades; as pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns de ensino, que deverão incluí-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades.

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola. (Declaração de Salamanca, 1994, p.11-12)

Pretende-se que a individualização do ensino ocupe seu lugar e que o trabalho escolar ocorra em tempos e espaços diversificados contemplando os diferentes ritmos e habilidades dos alunos, favorecendo seu desenvolvimento e aprendizagem, objetivando um espaço educativo aberto e diversificado.

Werneck (1997) relaciona a inclusão com um devaneio otimista, onde deixa claro que ela só o deixará de ser, no momento em que possibilitar ao deficiente todas as oportunidades de aprendizagem que são oferecidas às outras crianças, do lazer ao trabalho, passando pela escola.

A igualdade de condições de acesso e permanência na escola, bem como o direito de “ser” sendo diferente nas escolas, foi assegurado a todas as crianças brasileiras a partir da Constituição Brasileira de 1988, em seu art.206, inciso I. Ela se adiantou a Declaração de Salamanca, que em 1994, preceituou que todas as escolas deveriam aceitar todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais e lingüísticas, encontrando maneiras de educar com êxito todas elas.

Com seus direitos garantidos em lei a escola se obriga a abrir suas portas e incluir as crianças com necessidades especiais. O deficiente antes eliminado da sociedade tem agora o

direito de ser colocado em situação de igualdade com as outras crianças dentro de um estabelecimento de ensino comum.

A escola inclusiva é aquela que se organiza para atender a todos os alunos proporcionando uma educação livre de preconceitos que estimule suas potencialidades. O princípio fundamental da educação inclusiva é que todos os alunos devem aprender juntos, independente de suas especificidades.

A inclusão reforça a idéia de que as diferenças sejam aceitas e respeitadas, embora, para que isso aconteça realmente são necessárias mudanças sociais, bem como, o esforço mútuo de todos os profissionais da educação na busca pelo aprimoramento da prática educativa. Dentro dessa perspectiva, a escola leva para si uma grande responsabilidade e o desafio para que seus profissionais trabalhem com qualidade de ensino.

Incluir e garantir uma educação de qualidade para todos é, atualmente, o fator mais importante na redefinição dos currículos escolares, desafiando a coragem das escolas em assumir um sistema educacional para todos os alunos.

Nesse contexto a escola e o professor são muito importantes para o pleno desenvolvimento da criança com necessidades educacionais especiais.

Muitas escolas que dizem ser inclusivas, na sua maioria, desenvolvem uma inclusão parcial, continuando a atender os alunos em classes especiais. Essa transformação da escola não deve ser vista como uma exigência, e sim, como um compromisso.

Na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o principal papel da educação inclusiva é garantir que todos os alunos, sejam eles com necessidades especiais ou não, sejam atendidos no sistema regular de ensino com qualidade, valorizando e respeitando as diferenças.

Para tanto, faz-se necessárias mudanças nas escolas, nas famílias e na sociedade. Ou seja, não é mais a pessoa com necessidades educacionais especiais que deve ser reabilitada, treinada ou que deve adquirir condições adequadas para então ser inserida na escola e no convívio com os demais. É preciso buscar que a escola e a sociedade se tornem inclusivas e percebam a riqueza existente na diversidade. Toda e qualquer pessoa aprende e se desenvolve melhor num ambiente diversificado.

Assim sendo, o maior desafio da atualidade é a construção da escola inclusiva, em que seja oferecido um ensino de qualidade para todos e, ao mesmo tempo, se reconheça as diferenças individuais como um aporte enriquecedor no processo de ensino e aprendizagem.

Fazem-se necessárias adaptações à diversidade para contemplar as especificidades educacionais de cada aluno, identificando e minimizando as barreiras que interferem na aprendizagem, que não seja seletiva na busca de homogeneização, que não discrimine, classifique ou exclua, enfim que seja solidária.

A elaboração do projeto político pedagógico é a oportunidade da escola de se posicionar em relação à política de inclusão e em relação a seu compromisso com uma educação de qualidade para todos os alunos, favorecendo interações sociais, definindo práticas inclusivas e promovendo a formação crítica e cidadã. Na presunção de que a construção do projeto político pedagógico se dê de forma democrática e participativa, através da mobilização e discussão por parte de toda a comunidade escolar, a organização da escola inclusiva torna-se um processo viável. Não se deve esquecer, contudo, de que deve haver vontade política para a implementação de condições que favoreçam esta transformação, principalmente no que tange à formação continuada de professores e à oferta de recursos humanos especializados, no caso, educadores especiais.

Buscando atender às crescentes exigências de uma sociedade em constante transformação, procurando promover a democracia e empenhada na superação de conceitos e de estereótipos que estabelecem diferenças e determinam desigualdades entre as pessoas, a educação especial assume, cada vez mais, maior relevância. Devido a isso, essa modalidade de ensino destina-se a proporcionar o acesso à escola comum e a permanência nela daqueles que, por motivos diversos, não têm tido suas necessidades e potencialidades contempladas de forma positiva pela educação que lhes é oferecida nos diversos espaços escolares.

Sendo assim, a educação especial tem como objetivo garantir o direito à educação de qualidade para todos os cidadãos, independentemente de suas condições e características particulares.

## 5. FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Ao abordarmos a temática da educação inclusiva é necessário trazer algumas reflexões acerca da formação de professores, visto que esta dimensão constitui-se como motivo de preocupação e discussão, tanto no que tange a formação inicial quanto à formação continuada.

O atendimento às diferentes necessidades educacionais dos alunos é certamente um dos maiores desafios que o professor tem que enfrentar atualmente. Com a globalização, a lógica da heterogeneidade dá-se pelo reconhecimento e aceitação das diferenças individuais, havendo, inclusive, interesses, expectativas e motivações diferentes quanto à escola.

Com os processos de inclusão escolar, surgem outras perspectivas como a inserção obrigatória da disciplina de educação especial nas ações de formação inicial e continuada de todos os professores, nos diversos níveis de ensino. É possível observar também o engajamento das instituições de ensino superior na oferta e no desenvolvimento de programas de formação em educação especial, abrangendo parcerias e atendendo a todos os níveis de ensino.

Fonseca (1995) acredita ser preciso preparar todos os professores, com urgência, para se obter sucesso na inclusão, através de um processo de inserção progressiva. Assim eles poderão aceitar e relacionar-se com seus diferentes alunos e, conseqüentemente, com suas diferenças e necessidades individuais.

No entanto, vale sempre enfatizar que a inclusão de indivíduos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na sua permanência junto aos demais alunos, nem na negação dos serviços especializados àqueles que deles necessitem. Ao contrário, implica numa reorganização do sistema educacional, o que acarreta na revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais na busca de se possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando suas diferenças e atendendo às suas necessidades.

Os direitos individuais e coletivos garantidos pela Constituição Federal Brasileira impõem às autoridades e à sociedade, a obrigatoriedade de atingir a efetividade desses direitos. Para tanto os recursos humanos e materiais devem ser canalizados, atingindo, necessariamente, toda a educação básica.

Isto requer ações em todas as instâncias, particularmente as destinadas à capacitação de recursos humanos assegurando que os currículos dos cursos de formação e capacitação de professores estejam voltados para prepará-los a atender alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares.

Os professores que já estão exercendo o magistério devem ter os mesmos direitos assegurados, sendo-lhes oferecidas oportunidades para uma formação continuada, inclusive em nível de especialização, conforme prevê o Plano Nacional de Educação (Lei n.º.10.172/01) que, dentre os vinte e sete objetivos e metas para a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais, dispõe sobre o oferecimento de educação continuada aos professores que estão em exercício.

Mais recentemente, o Conselho Federal de Educação, através de sua Câmara de Ensino Básico, veio reforçar a obrigatoriedade de formar e capacitar professores para a educação inclusiva ao instituir as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução n.º2 de 2001) estabelecendo, entre outros aspectos que

Art. 8º. As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns:

I – professores das classes comuns e da Educação Especial, capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos;

(...)

VI – condições para reflexão e elaboração teórica da educação inclusiva, com protagonismo dos professores, articulando experiência e conhecimento com as necessidades/possibilidades surgidas na relação pedagógica, inclusive por meio de colaboração com instituições de ensino superior e de pesquisa; (BRASIL, 2001, p. 71- 72)

A Resolução n.º 2 de 2001, reafirma ainda o disposto no Plano Nacional de Educação ao referir-se a formação de professores, em seu Artigo 18, inciso 4 institui

Art. 18.(...) § 4º. Aos professores que já estão exercendo o magistério devem ser oferecidas oportunidades de formação continuada, inclusive em nível de especialização, pelas instâncias educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. ; (BRASIL, 2001, p. 78)

A educação inclusiva, apesar de encontrar, ainda, sérias resistências (legítimas ou preconceituosas) por parte de muitos educadores, constitui, sem dúvida, uma proposta que busca resgatar valores sociais fundamentais, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades para todos.

Porém, para que a inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema regular de ensino se efetive, possibilitando o resgate de sua cidadania e ampliando suas perspectivas existenciais, não basta a promulgação de leis que determinem a criação de cursos de capacitação básica de professores, nem a obrigatoriedade de matrícula nas escolas da rede pública. Estas são, sem dúvida, medidas essenciais, porém não suficientes.

As políticas públicas para a inclusão devem ser concretizadas na forma de programas de capacitação e acompanhamento contínuo, que orientem o trabalho docente na perspectiva da diminuição gradativa da exclusão escolar, o que virá a beneficiar, não apenas os alunos com necessidades especiais, mas, de uma forma geral, a educação escolar como um todo.

A educação da pessoa com deficiência deve ser compreendida em uma dimensão mais ampla, ou seja, não só educativa, mas também sócio-cultural, com o objetivo de desenvolver suas potencialidades, porém respeitando-as, e aprimorando sua participação na sociedade.

A educação inclusiva envolve um processo de preparação do professor que considera as diferenças e as dificuldades dos alunos na aprendizagem escolar como fontes de conhecimento sobre como ensinar e como aperfeiçoar as condições de trabalho nas salas de aula (BRASIL, 1995, p.17).

Todos os professores concordam que sua formação influencia na prática em sala de aula. Em virtude disso, temos anseio dos professores por formação adequada. Os professores das classes de ensino regular, em geral, consideram-se despreparados para atuar com a inclusão, pois consideram sua formação inadequada ou não-específica.

Em algumas justificativas de professores surge a palavra medo quando se fala em inclusão, principalmente porque julgam não dispor de tempo suficiente para dar a atenção necessária ao aluno especial. Este medo, na realidade nada mais é, do que um sinal de despreparo e de falta de capacitação.

A sociedade deve proporcionar à pessoa com necessidades educacionais especiais apoio, educação, aprendizagem, formação, capacitação, atuação, desenvolvimento, preparo e

atendimento de suas necessidades. A escola, meio social em que o aluno e professor estão inseridos, é o local onde se possibilitam essas atividades, por isso o planejamento e o currículo são ferramentas fundamentais no processo de inclusão, mas que devem ser bem estruturados.

Na comunidade escolar, visualizam-se as diversas noções, concepções e sentimentos, vinculados à realidade inclusiva, observando-se que a inclusão instiga conhecimentos diferentes num mesmo sujeito.

A atualização no sentido de diversificação de conteúdos ligados à área da educação especial e de práticas educativas institui novas relações entre o professor e o aluno exige do professor uma mudança de postura no sentido de redefinir seu papel, que é fundamental no desenvolvimento de seu aluno, respeitando, ouvindo, acompanhando, formulando e desenvolvendo atividades a partir destas relações.

Ferreira (1993) afirma que devem ser oferecidas aos alunos oportunidades diárias para pensar, refletir e evoluir em direção ao pensamento lógico.

O professor precisa estar preparado para lidar com as diferenças, promovendo o desenvolvimento da aprendizagem em situações diárias de sua vida, respeitando o tempo e as etapas, sem exigir algo que o aluno não pode fazer.

A criança deve ser vista de forma global, e a educação deve proporcionar a ela o desenvolvimento de habilidades físicas, emocionais e cognitivas, que possibilitem a elaboração do pensamento e aplicação desses conhecimentos adquiridos. Esse processo de construção do conhecimento está intimamente ligado à estimulação, requerendo do professor paciência, dedicação e, sobretudo, formação.

Segundo Garcia (1999) a formação de professores deve ser associada à compreensão clara de mudança, inovação e desenvolvimento curricular, considerando o conhecimento prático integrado ao teórico, possibilitando a formação de currículos orientados para a ação, associado ao desenvolvimento organizacional da escola.

O profissional da educação tem que partir do pressuposto que todos são capazes de aprender e que essa aprendizagem ocorre através de sua interação com o mundo. A partir disso surge a necessidade de oferecer ambientes estimuladores e riqueza de experiências para esses alunos. Além disso, é importantíssimo que exista um olhar com dignidade e respeito para cada um, pois esta é a única maneira da educação nunca deixar de ser especial, para todos.

Mas, para que haja inclusão, não basta apenas ter conhecimento, é preciso respeitar limitações, reconhecer diferenças e ressaltar possibilidades. Para isso não existem modelos prontos, os professores precisam buscar subsídios que lhe sejam úteis para executar sua tarefa da melhor maneira possível, oportunizando uma inclusão de qualidade. Estes subsídios são ferramentas e recursos que podem auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, explorando a capacidade de cada um e considerando as possibilidades de desenvolvimento.

É essencial que o professor saiba reconhecer as dificuldades e limitações dos alunos com necessidades especiais de aprendizagem, mas também reconheça suas habilidades e seu potencial. Sua intervenção deve estar direcionada as capacidades, oportunizando para que esse aluno seja capaz de construir seu próprio conhecimento.

## 6. CONCLUSÃO

Para a realização deste trabalho buscou-se como unidade de estudo o Curso de Normal de uma escola da rede estadual pertencente a 6ª Coordenadoria Regional de Educação.

A escola iniciou suas atividades em 1962, como escola exclusivamente de Curso Normal, passando alguns anos depois a oferecer educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental como curso de aplicação para o magistério. Atualmente ela ainda oferece educação infantil a partir dos 4 anos, ensino fundamental de 9 anos e ensino médio.

A escola oferece três opções de Curso Normal, com propostas de qualificação profissional diferenciadas, embora todas com habilitação em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental: Curso Normal (para alunos que concluíram o ensino fundamental ou possuem ensino médio incompleto); Curso Normal- Aproveitamento de Estudos (para alunos que concluíram o ensino médio); e Curso Normal- Complementação de Estudos (para alunos que concluíram o Curso Normal com habilitação somente em anos iniciais).

Com base nos quadros das disciplinas no Curso Normal (tabela de alocação de tempo) pode-se verificar que não constava, até final de 2009, nenhuma disciplina voltada para a educação especial / educação inclusiva, capaz de preparar os seus futuros professores para a inclusão escolar e social. A partir de 2010, no entanto, tem-se entrada da disciplina de Língua Brasileira de Sinais (Libras) na tabela, o que não resolve o problema, mas pode ser considerado um avanço.

Nos conteúdos programáticos das disciplinas não foram encontradas disciplinas que trabalhassem conteúdos vinculados à educação especial/educação inclusiva. Segundo o relato da supervisão do curso, alguns professores, dentro de suas disciplinas, trabalham alguns aspectos sobre inclusão, informalmente. A justificativa dada é que não há disponibilidade de recursos humanos no quadro de docentes do curso, para inserção de uma disciplina específica de educação especial / educação inclusiva.

A cada ano, ao invés de se ampliar a oferta de disciplinas e carga horária do curso de formação há uma redução significativa, como medida de economia por parte do Estado, o que foi constatado ao se comparar as grades curriculares dos últimos anos.

Tomando como base para esta comparação as duas últimas alterações das grades curriculares (ano base 2009 e 2010), foi possível perceber que houve redução na carga horária total do curso normal de 4.587 (2009) para 3.436 (2010), resultando na perda de 1.151 horas aula, equivalente a cerca de 25% do total de aulas do curso. No Curso Normal – Aproveitamento de Estudos, a redução da carga horária total neste mesmo período foi de 2.369(2009) para 1.716 (2010), significando uma perda de 653 horas aula (27,5%).

O Projeto Político Pedagógico da escola contempla como proposta de superação a articulação de ações inclusivas entre alunos com necessidades especiais, professores e comunidade escolar, assegurando dessa forma o processo de inclusão nas classes comuns de ensino. Mas não faz referência a qualificação de seus alunos do curso normal para esse processo de inclusão.

O currículo de formação inicial de professores possui reduzida carga horária quanto aos conteúdos referentes ao trabalho pedagógico com os alunos com necessidades educacionais especiais, tornando, desta forma, difícil a identificação e o trabalho eficaz com estes alunos em sala de aula.

O objetivo proposto pelo presente trabalho foi alcançado, foi possível conhecer como a escola em questão está preparando seus professores para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais. O resultado assinala a ausência de disciplinas e conteúdos que tangenciem a educação especial/educação inclusiva no Curso Normal de Formação de Professores ofertado por uma escola pertencente a rede estadual de ensino de Encruzilhada do Sul/RS. Aponta para o longo caminho que precisa ser construído e trilhado no que tange a formação inicial de professores.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. São Paulo: Brasil, 1996.

\_\_\_\_\_. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

\_\_\_\_\_. *Educação Inclusiva: a fundamentação filosófica*. 2.ed. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

\_\_\_\_\_. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

\_\_\_\_\_. *Política Nacional de Educação Especial*. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

\_\_\_\_\_. *O Processo de integração escolar dos alunos portadores de necessidades educativas especiais no sistema educacional brasileiro*. Brasília: MEC/SEESP, 1995.

\_\_\_\_\_. *Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais*. Tradução de Edílson Alkmim da Cunha. 2. ed. Brasília: CORDE, 1997.

CARVALHO, R. E. *A Nova LDB e a Educação Especial*. Rio de Janeiro: WVA, 1998.

CASARIN, Melania de Melo. et al. *Curso de Especialização à Distância em Educação Especial: déficit cognitivo e educação de surdos: módulo II*. Santa Maria: UFSM, 2009.

CASTRO, Adriano Monteiro de. et al. *Educação Especial: do querer ao fazer*. São Paulo: Avercamp, 2003.

FERREIRA, I. N. *Caminhos do aprender: uma alternativa educacional para criança portadora de deficiência mental*. Brasília: CORDE, 1993.

FONSECA, Vitor. *Educação Especial*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

HELDER, R. R. *Como fazer análise documental*. Porto: Universidade de Algarve, 2006.

GARCIA, C. M. *Formação de Professores – Para uma Mudança Educativa*. Lisboa: Porto Editora, 1999.

GÓES, Maria Cecília Rafael. *Relações entre desenvolvimento humano, deficiência e educação*. In: Marta Kohl de Oliveira; Denise Trento R. Souza; Teresa Cristina Rego. (Org.). *Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea*. São Paulo: Moderna, 2002, v. 1, p. 95-114.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E .D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

SÁNCHEZ, I. R. *Professores de Educação Especial – da Formação às Práticas Educativas*. Lisboa: Porto Editora, 1995.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILUK, Ana Cláudia Pavão. et al. *Curso de Especialização à Distância em Educação Especial: déficit cognitivo e educação de surdos: módulo I*. Santa Maria: UFSM, 2008.

SILVA, Edna Lúcia da. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 3 ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. *Pesquisa Documental: pistas teóricas e metodológicas*. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, ano 1, n.1, julho 2009.

UNESCO. *Relatório de monitoramento de educação para todos Brasil 2008: educação para todos em 2015; alcançaremos a meta?* Brasília : UNESCO, 2008.

VOIVODIC, Maria A. M. A. *Inclusão Escolar de Crianças com Síndrome de Down*. Petrópolis: Vozes, 2008.

WERNECK, Cláudia. *Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

WERTHEIN, Jorge. CUNHA, Célio da. *Políticas de Educação: idéias e ações* / Jorge Werthein. Brasília : UNESCO, 2001.